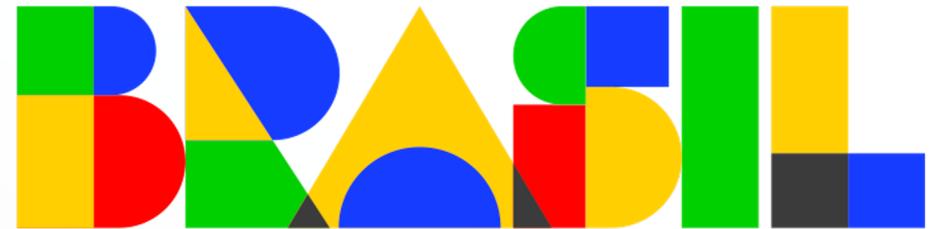


MINISTÉRIO DA
FAZENDA

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

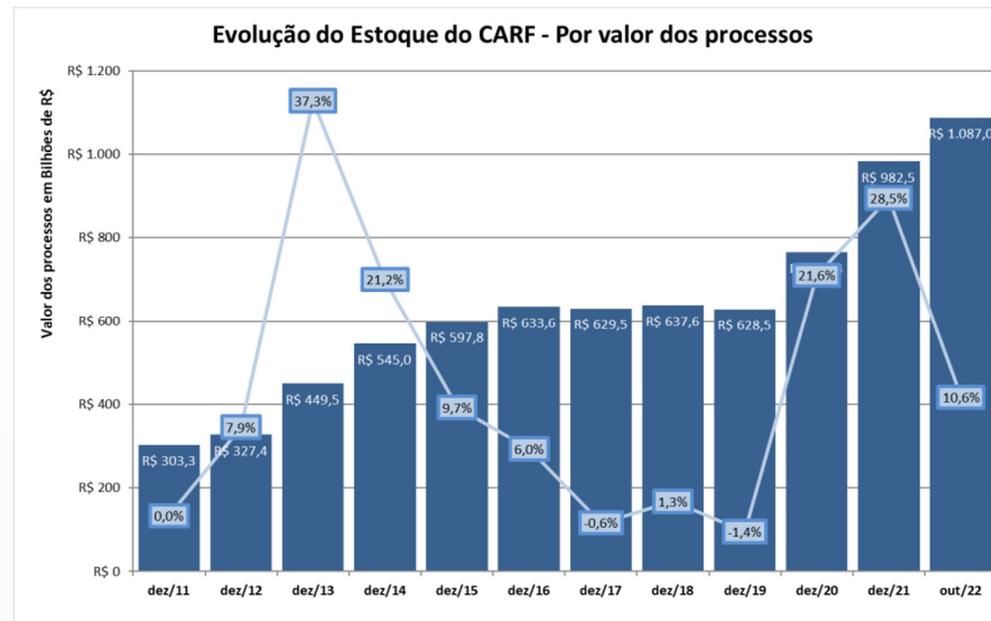


MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO FISCAL

MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO FISCAL

Situação insustentável

- Estoque de processos administrativos no CARF vem oscilando em torno de 100 mil desde 2018
- Valor do estoque girava em torno de R\$ 600 bi entre dez/2015 a dez/2019, e saltou para mais de R\$ 1 trilhão em out/2022

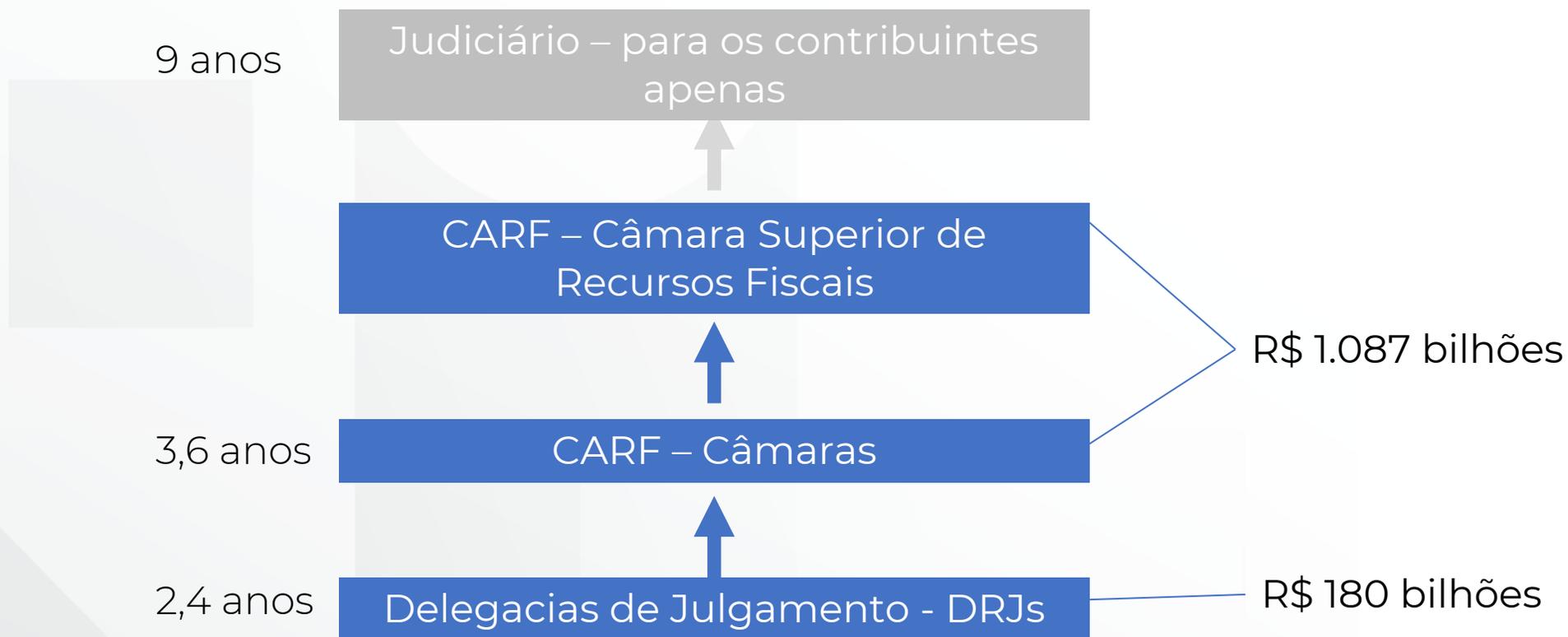


Fonte: Dados abertos CARF

Fonte: *The Tax Disputes and Litigation Review* – Diagnóstico do Instituto Justiça Fiscal

MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO FISCAL

Instâncias recursais – prazos e estoques



Fonte: Relatório da Transição
Fonte: Dados abertos do CARF

MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO FISCAL

Programa “Litígio Zero”

Pessoas físicas, micro e pequenas empresas

- 40% a 50% de desconto sobre o valor total do débito (tributo, juros e multa)
- Até 12 meses para pagar
- Independentemente da classificação da dívida ou capacidade de pagamento
- Até 60 salários mínimos
- CARF: mais de 30 mil processos, mais de R\$ 720 milhões
- Delegacias da RFB: mais de 170 mil processos, quase R\$ 3 bilhões



Fonte: Lista de Alto Risco do TCU – 2022; Acórdãos TCU 1076/2016 e 336/2021

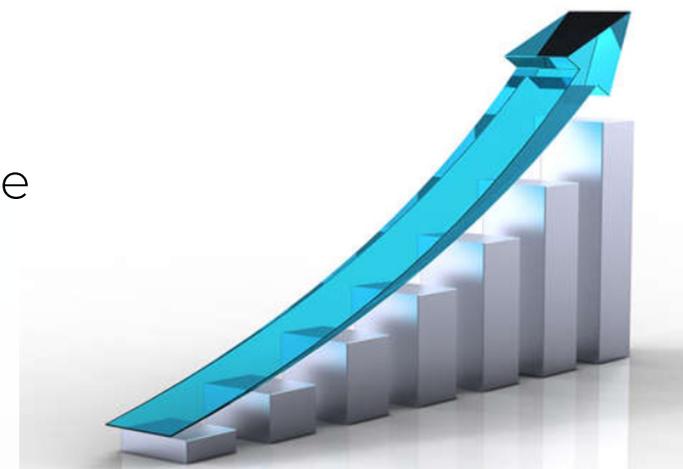
Fonte: Diagnóstico do contencioso tributário administrativo – 2022 – BID, Associação Brasileira de Jurimetria

MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO FISCAL

Programa “Litígio Zero”

Pessoas jurídicas, valores maiores que 60 s.m.

- desconto de até 100% sobre o valor de juros e multas (créditos irrecuperáveis e de difícil recuperação)
- Novidade: possibilidade de utilização de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa para quitar entre 52% a 70% do débito
- Benefício para os contribuintes e saneamento estrutural para os anos seguintes (IR e CSLL serão recolhidos integralmente)
- Até 12 meses para pagar



Fonte: Lista de Alto Risco do TCU – 2022; Acórdãos TCU 1076/2016 e 336/2021

Fonte: Diagnóstico do contencioso tributário administrativo – 2022 – BID, Associação Brasileira de Jurimetria

MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO FISCAL

Programa “Litígio Zero”

Fim do recurso de ofício para valores abaixo de R\$ 15 milhões

- Contribuinte vence na primeira instância: acaba definitivamente o litígio
- Extinção automática de quase 1 mil processos hoje no CARF, quase R\$ 6 bilhões



Fonte: Lista de Alto Risco do TCU – 2022; Acórdãos TCU 1076/2016 e 336/2021

Fonte: Diagnóstico do contencioso tributário administrativo – 2022 – BID, Associação Brasileira de Jurimetria

MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO FISCAL

Programa “Litígio zero”

Aumento da alçada para acesso ao CARF

- Processos abaixo de R\$ 1 mil salários mínimos serão julgados definitivamente nas delegacias (hoje o corte é em 60 s.m.)
- Redução de mais de 70% dos processos que entram no CARF, mas que representam menos de 2% do valor total
- Drástica redução do tempo para solução dos litígios



Fonte: Lista de Alto Risco do TCU – 2022; Acórdãos TCU 1076/2016 e 336/2021

Fonte: Diagnóstico do contencioso tributário administrativo – 2022 – BID, Associação Brasileira de Jurimetria

MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO FISCAL

Programa “Litígio zero”

Incentivo à regularização

- Desconto de 100% das multas (ofício e moratória) em caso de regularização e apresentação de valores à tributação
- Mesmo no caso de procedimento fiscalizatório já iniciado - apenas até 30 de abril de 2023



Fonte: Lista de Alto Risco do TCU – 2022; Acórdãos TCU 1076/2016 e 336/2021

Fonte: Diagnóstico do contencioso tributário administrativo – 2022 – BID, Associação Brasileira de Jurimetria

MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO FISCAL

Voto de qualidade

- Teses favoráveis à Fazenda reconhecidas pelo Judiciário agora vêm sendo revistas pelo CARF. Fazenda ganha no Judiciário, mas não pode recorrer a ele
- Diagnóstico do TCU: recomenda a extinção do modelo paritário do CARF
- Recomendação de Ministros de Tribunais Superiores
- Solução: retorno do voto de qualidade

• Teses

- Trava de 30% na extinção da pessoa jurídica. Inaplicabilidade
- Dedução de despesas com amortização de ágio interno
- Dedução de despesas com amortização de ágio na base de cálculo da CSLL
- CSLL e cessação dos efeitos da coisa julgada
- Imputação de responsabilidade a sócios e administradores de pessoas jurídicas
- PIS/COFINS no recebimento de mercadorias em bonificação
- Discussões sobre classificação fiscal de mercadorias
- Industrialização por encomenda na base do crédito presumido de IPI
- Creditamento de PIS/COFINS no pagamento de frete de produtos submetidos ao regime monofásico
- Stock Options
- PLR e necessidade de pacto prévio
- PLR pago a diretores
- Hiring bônus (bônus de contratação)
- Estagiário - caracterização de relação de emprego
- Pejotização
- Dedução de despesas com JCP e observância do regime de competência
- Tributação de lucros auferidos por meio de controladas no exterior e aplicação de tratados internacionais
- Trava de 30% na compensação de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL
- Preços de transferência – frete, seguro e tributos incidentes na importação – inclusão no preço praticado e no preço parâmetro

MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO FISCAL

ICMS na base de cálculo de PIS/COFINS

- Acatamento da jurisprudência do STF e fim da litigiosidade
- Afastamento da insegurança jurídica quanto aos creditamentos
- PIS/COFINS não serão calculados sobre o ICMS e, coerentemente, os créditos tampouco serão computados dessa forma



Fonte: Lista de Alto Risco do TCU – 2022; Acórdãos TCU 1076/2016 e 336/2021

Fonte: Diagnóstico do contencioso tributário administrativo – 2022 – BID, Associação Brasileira de Jurimetria



Contexto Fiscal e Medidas de Ajustes

Receita Líquida do Governo Central (% PIB) – Cenário Base



Medidas para 2023 – Impactos na Receita Líquida sobre o Cenário Base

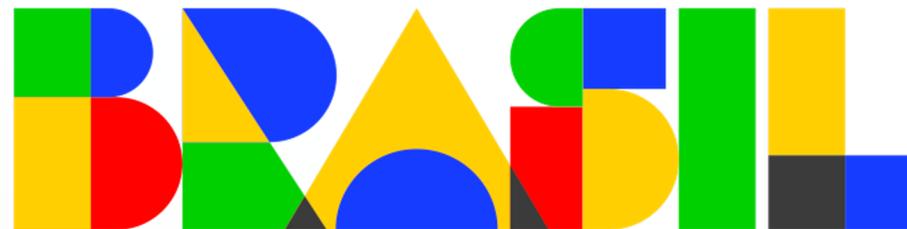
Ações de Equilíbrio Fiscal	2023 (R\$ bi)	2023 % PIB	2024 (R\$ bi)	2024 % PIB
LOA 2023: Resultado Primário do Governo Central	-231,55	-2,16%	-	-
Reestimativa de receitas	36,40	0,34%	37,49	0,33%
Ações de Receitas Permanentes	83,28	0,78%	120,93	1,05%
Aproveitamento de crédito do ICMS	30,00	0,28%	39,82	0,35%
PIS e COFINS sobre Receita Financeira	4,40	0,04%	6,01	0,05%
PIS e COFINS sobre combustíveis	28,88	0,27%	54,51	0,47%
Efeito permanente do incentivo à redução da litigiosidade no CARF	15,00	0,14%	15,45	0,13%
Efeito permanente do incentivo à denúncia espontânea	5,00	0,05%	5,15	0,04%
Saldo acumulado sobre o Resultado Primário	-111,87	-1,04%	-	-
Ações de Receitas Extraordinárias	73,00	0,68%	-	-
Incentivo extraordinário à redução da litigiosidade no CARF	35,00	0,33%	-	-
Incentivo extraordinário à denúncia espontânea	15,00	0,14%	-	-
Receitas primárias com ativos do PIS/PASEP	23,00	0,21%	-	-
Saldo acumulado sobre o Resultado Primário	-38,87	-0,36%	-	-
Ações de Redução de Despesas	50,00	0,47%	26,56	0,23%
Efeito permanente da Revisão de Contratos e Programas	25,00	0,23%	26,56	0,23%
Autorização de execução inferior ao autorizado na LOA 2023	25,00	0,23%	-	-
Resultado Primário do Governo Central após ações	11,13	0,10%	-	-

Maiores integrações fazendárias (RFB e PGFN) torna parte do impacto extraordinário

Melhorias permanentes do resultado fiscal: 1,61% do PIB

MINISTÉRIO DA
FAZENDA

GOVERNO FEDERAL



UNIÃO E RECONSTRUÇÃO